



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

**ANGELA KALINE DA SILVA SANTOS¹
BERNADETE DE LOURDES FIGUEIREDO DE ALMEIDA²
LUCICLEIDE CÂNDIDO DOS SANTOS³
LARISSA DOS SANTOS FERREIRA⁴
JESSICA PEREIRA COSMO DA SILVA⁵**

Resumo: Esse artigo objetiva a analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área da Política Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 1982 a 2010. Para tanto, embasa-se na análise da crise da Modernidade e da emergência da Pós-Modernidade – enquanto expressão da crise da sociedade tardo-burguesa - com o intento de verificar as inflexões dessa crise na produção do conhecimento do Serviço Social, materializada nas dissertações de mestrado, defendidas no PPGSS entre os anos de 1982 a 2010.

Palavras-chave: Produção do conhecimento; Serviço Social; Política Social; Modernidade; Pós-Modernidade.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las disertaciones de maestría vinculadas al área de la Política Social, defendidas en el PPGSS / UFPB en el período de 1982 a 2010. Para ello, se basa en el análisis de la crisis de la Modernidad y de la emergencia de la Posmodernidad - como expresión de la crisis de la sociedad tardo-burguesa - con el intento de verificar las inflexiones de esa crisis en la producción del conocimiento del Servicio Social, materializada en las disertaciones de maestría, defendidas en el PPGSS entre los años 1982 a 2010.

Palabras claves: Producción del conocimiento; Servicio Social; Política Social; Modernidad; Posmodernidad.

1 – INTRODUÇÃO

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <s.social.angela@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba.

⁵ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba.

O referido artigo caracteriza-se como uma investigação bibliográfica e documental através do uso da metodologia do estado da arte em torno do universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas nas duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFPB, no período de 1982 a 2010. Esse universo encontra-se distribuído em 51(21,7%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 183 (78,2%) na área de Política Social. Circunscreve-se à análise da totalidade da produção das 183 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social.

Este processo investigativo adotou a perspectiva teórico-metodológica de cunho histórico-crítico marxista, por apreender a totalidade do objeto de análise a partir da crítica ao desenvolvimento da sociedade capitalista e as contradições geradas na relação capital e trabalho.

Justifica-se a adoção dessa perspectiva teórico-metodológica não apenas por se constituir o marxismo no aporte hegemônico da produção do conhecimento do Serviço Social, como também por esse aporte que melhor elabora e fundamenta a crítica à ofensiva pós-moderna, como expressão neoconservadora.

Por se tratar da produção do conhecimento em Serviço Social, entende-se que este se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como contexto histórico o desenvolvimento capitalista industrial, a expansão urbana e a exploração do trabalho, gerador de múltiplas contradições. Trata-se das expressões da “questão social”, objeto da atuação dos assistentes sociais através das políticas sociais, que têm sido fonte de pesquisas e produção de conhecimento no Serviço Social. Mota (2013, p. 19) assevera que, “[...] as produções dirigidas às formulações de políticas sociais têm uma importância inegável para o Serviço Social e são reveladoras das contradições em processo que marcaram e marcam a sua existência”.

A produção de conhecimento em Serviço Social brasileiro inicia-se em 1970, sobretudo, impulsionada com a criação dos Programas de Pós-Graduação. Esse processo espraiou-se nos anos de 1980, consolidando-se nas décadas seguintes com a publicação das Teses e Dissertações sob a forma de livros e artigos além da criação de periódicos na área. O Serviço Social é

reconhecido como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e reconhecida pelas agências de fomento à pesquisa e pós-graduação, como CNPq, Capes e Finep.

Sobre as produções na área de concentração de Política Social, conforma-se como uma área em crescente expansão, especialmente ao articular essa temática ao âmbito da intervenção profissional, conforme explicita Miotto e Nogueira. (2013, p.62)

Com referência a intervenção profissional, observa-se que a inclusão da política social no debate da profissão permitiu situar mais concretamente os seus objetivos na sociedade capitalista. Pôde-se sobrepor, no campo da intervenção, a questão do “por que fazer” à do “como fazer”. Com o aprofundamento da investigação sobre a interrelação política social e Serviço Social nas bases da teoria social crítica, pôde-se avançar o conhecimento em direção ao “para que fazer”.

Com o recorte investigativo da produção do conhecimento em Serviço Social gerada pelas Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, demarca-se a presente análise em torno das 183 (cento e oitenta e três) Dissertações defendidas na área de concentração Política Social no período de 1982 a 2010, a partir de três indicadores de análises: indicar da área de conhecimento, indicador temático e indicador autoral.

2 - SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

No início dos anos de 1970, as economias industrializadas baseadas no pacto fordista/keynesiano apresentam os primeiros sinais de esgotamento, chegando ao fim o padrão de crescimento que, por quase três décadas, sustentaram o pacto de classes expresso no *Welfare State*, deslançando, assim, uma profunda crise do capitalismo que perdura até os dias atuais.

Mota (1995, p. 56) elucida que as respostas dadas para a superação dessa crise foram implementadas com “[...] um programa de corte neoliberal, marcado pela negação da regulação econômica estatal, pelo abandono das políticas de pleno emprego e pela redução dos mecanismos de seguridade social, em prol, é claro da regulação operada pelo mercado”.

Esse período é marcado por uma reestruturação produtiva, pautada por uma flexibilização da produção e uma revolução tecnológica microeletrônica "[...] objetivando potencializar a extração de mais-valia relativa, sem prejuízo da extração de mais-valia absoluta". (SANTOS, 2007, p.19) Também é caracterizado pela mundialização da economia, implicando uma mudança da divisão social e internacional das relações de trabalho, combinado a financeirização da economia; e, pela mudança no papel do Estado que adota medidas de cariz neoliberal. Desse modo, as mudanças derivadas dessa crise que eclodem a partir dos anos 1970 e que se intensificam até a atualidade, acarretam transformações não apenas na economia, mas também de ordem política, social e cultural.

Essas transformações societárias ocasionaram também um movimento ideológico, embalado na ideia de que o período contemporâneo não teria mais as bases fundadas no Projeto de Modernidade, mas em um conjunto de novidades históricas - a pós-modernidade, entendida como a "lógica cultural do capitalismo tardio". (JAMESON, 2007)

O Projeto de Modernidade deriva do pensamento racional, no qual o homem tem centralidade como sujeito, aquele que representa a materialidade do real, pautada em noções universalistas e totalizantes, ou seja, nas metanarrativas.

O pensamento – que alguns autores chamam de ideologia, movimento, cultura - pós-moderno tem como característica, nas palavras de Wood (1999, p. 9), "[...] a ênfase na natureza humana fragmentada do mundo e do conhecimento humano". E assevera que,

As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o self humano é tão fluído e fragmentado (o "sujeito descentrado") e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma "identidade" social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns.

O Serviço Social enquanto profissão que tem como especificidade intervir nas expressões da "questão social", portanto, é perpassado pelos desdobramentos dessas transformações societárias, tanto em sua intervenção profissional, quanto na produção do conhecimento gerada pela categoria.

A partir da década de 1970 a produção do conhecimento na área do Serviço Social tem um grande crescimento, juntamente com o surgimento dos primeiros cursos de Pós-graduação na área. Afirma Kameyama (1998, p.03) ao se referir a importância dos cursos de pós-graduação para a produção do conhecimento no Serviço Social “[...] os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimento e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica”.

Além de formar a massa crítica da profissão, a criação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social proporcionou a articulação política de um segmento da profissão de grande importância, que passa a exigir um estabelecimento do diálogo com outras áreas do conhecimento (GUERRA, 2011).

Nos anos de 1980 novas exigências são requisitadas da profissão, em sua dimensão teórico-prática. Essas demandas postas à profissão advêm do protagonismo da classe trabalhadora e a ascensão dos movimentos sociais e sindicais nessa década.

Há um avanço na produção de conhecimento em que a tradição marxista aparece como referência básica, indicando uma direção hegemônica da profissão em busca de uma ruptura com o conservadorismo. Nessa direção, tem-se uma proximidade com autores marxistas, além da produção do conhecimento, como na formação profissional, em trabalhos profissionais. É principalmente, nas pós-graduações em que o diálogo entre as áreas do saber e diversos paradigmas teóricos se consolida, tendo o Serviço Social ganhado espaço no debate intelectual no âmbito das Ciências Sociais no país e no exterior. Nesse período, o Serviço Social também é reconhecido no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referindo-se ainda aos anos 1980, essa década consolidou a maioria do Serviço Social no quesito da elaboração teórica e ídeo-política com a ruptura com o conservadorismo, isso não quer dizer que o conservadorismo foi totalmente superado, ele só não tinha mais legitimidade para se expressar abertamente. (NETTO, 1996)

Na década de 90 a profissão está relativamente consolidada, com um quadro de maturação profissional. Essa maturação do campo da formação é indicada por cerca de setenta unidades de ensino e sete universidades que contavam com programa de pós-graduação (UFRJ, UFPE, UFPB, UnB, PUC-RJ, PUC-SP, PUC-RS). Na produção científica o Serviço Social já possuía biblioteca própria e tinha na academia um espaço de elaboração. Houve um alargamento da presença de profissionais brasileiros em eventos no exterior, principalmente na América Latina, e a presença de estudantes do exterior nos programas de pós-graduação.

Na conjuntura dessa década, marcada pela ofensiva neoliberal “[...] são apontadas alternativas privatistas e refilantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social” (YAZBEK, 2009, p. 155). Esse momento traz novas temáticas para o Serviço Social. No debate profissional, citam-se três eixos articuladores que pautaram a produção e ação: 1) a Seguridade Social; 2) a Assistência Social como política pública; 3) a municipalização e descentralização das políticas sociais públicas (com a presença do protagonismo de assistentes sociais nos fóruns e conselhos).

Nessa década, a profissão construiu seu Projeto Ético-Político (é o conjunto do Código de Ética de 1993 que reafirma a relação com o projeto das classes subalternas, Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Lei 8.662 de 07/06/93 que Regulamenta a Profissão), sob a influência da tradição marxista, numa conjuntura de expansão do neoliberalismo.

Nesse sentido, a ofensiva pós-moderna traduz-se como uma ameaça aos elementos teórico-metodológicos e ídeo-políticos em bases marxistas que percorrem a produção do conhecimento em Serviço Social. Essas inflexões pós-modernas, mesmo de forma tímida, questionam o projeto profissional da profissão em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política, ideocultural e técnico-operativo da profissão.

Nos anos 2000, a conjuntura é abalada por crises financeiras (2001 e 2008), manifestadas pela lógica do “capitalismo das bolhas”, forma advinda do sistema institucional-político da mundialização financeira. “As crises financeiras traduzem no plano da objetividade contraditória do sistema, a fenomenologia da crise estrutural do capital. A financeirização expõe as novas manifestações

da precarização estrutural do trabalho e da dinâmica social da proletariedade”. (ALVES, 2012, p. 1)

Continua esse autor, “Nos primórdios do século XXI, a destruição criativa do capital articula-se cada vez mais com a produção destrutiva das condições da reprodução social”. (Ib. Ibidem) que provoca novas disputas em torno da “questão social” e do papel a ser cumprido pelas Políticas Sociais.

Nesse contexto, assiste-se a diversas formas de precarização do trabalho e a capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos se reduz. Com isso, surgem novos desafios na luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços sociais.

No Serviço Social, os anos 2000 representam o processo de engajamento nas lutas em defesa dos direitos sociais, e, internamente, nas lutas de afirmação do Projeto Ético-Político da profissão. Embora, se depare com uma conjuntura deveras adversa, “[...] os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social se conformam no país e amplia uma produção de conhecimentos mais densa na área, a profissão ganha um novo estatuto”. (PRATES, 2013, p. 213)

3 - ANÁLISES DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NA ÁREA DE POLÍTICA SOCIAL DO PPGSS NOS ANOS DE 1982 A 2010

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba foi criado em 1978, pela Resolução N° 202/77 do CONSUNI. Esse Programa já passou por algumas reformas estruturantes, em termos de linhas de pesquisa, carga horária e disciplinas com respectivas ementas. Mas, as áreas de concentração de Política Social e Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social permaneceram até o ano de 2014, quando ocorreu a penúltima reestruturação do Programa.

Os objetivos do PPGSS consistem em “[...] incentivar a pesquisa e a formação de pesquisadores; e Capacitar docentes e profissionais vinculados à prestação dos serviços sociais na compreensão dos diferentes processos e dimensões da realidade nacional e regional, para contribuir na fixação de políticas sociais” (UFPB, CCHLA, PPGSS, 2016).

Na análise das dissertações, verifica-se a prevalência expressiva da área de concentração Política Social com 78,2% (183) dissertações defendidas, e conseqüentemente, 21,7% (51) restantes vinculam-se à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social. Quanto às décadas, observa-se que nos anos de 1980: há 29 obras defendidas, 62,1% (18) vinculam-se a área de concentração da Política Social e 37,9% (11) à área de Fundamentação Teórico-prática; nos anos de 1990, constata-se o crescimento da área da Política Social com 77,6% (52) e 22,4% (15) na área Fundamentação Teórico-prática, totalizando em 67 obras produzidas na referida década; e, nos anos 2000, há um total de 113 obras, deparando-se com a alta incidência de 81,8% (113) dissertações vinculadas à área de concentração Política Social e 18,1% (25) à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social.

Esse significativo percentual de produções acadêmicas em torno das Políticas Sociais no PPGSS/UFPB expressa uma tendência investigativa do Serviço Social brasileiro, já constatado em inúmeras pesquisas e publicações. A interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil inicia nas três últimas décadas do século XX e, no início do século XXI, essa relação consolida-se. Quanto ao avanço no debate entre Serviço Social e Política Social,

Isso pode ser explicado pela alteração nos sistemas de proteção social brasileiros, após o retorno do país ao Estado de Direito, em 1985 [...] Estabelece-se um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. Este fato favoreceu tanto a inserção da profissão e de seus profissionais no embate político da sociedade brasileira como, também, a discussão sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no terreno da política social. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p.62).

3.1 Indicador: Área de Conhecimento

Esse indicador é analisado a partir do campos das Políticas Sociais.

Tabela 01 – Frequência de ocorrências dos campos das Políticas Sociais nas Dissertações de Mestrado, vinculadas à Área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Campos da Política Social	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Política da Saúde	01	5,5	05	9,6	23	20,3	29	15,8
Política da Criança e Adolescente	-	-	10	19,2	17	15	27	14,7
Política da Assistência Social	-	-	07	13,4	18	15,9	25	13,6
Política da Educação	03	37,5	07	13,4	09	7,9	19	10,3
Políticas Agrárias	02	11,1	10	19,2	04	3,5	16	8,7
Política da Habitação	04	22,2	03	5,7	01	0,8	08	4,3
Política da Pessoa Idosa	-	-	-	-	08	07	08	4,3
Política da Pessoa com Deficiência	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Política de Saúde Mental	-	-	01	1,9	05	4,4	06	3,2
Política Social	03	16,6	01	1,9	01	0,8	05	2,7
Política sobre Drogas	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Política para a Família	-	-	-	-	03	2,6	03	1,6
Política de Saúde do Trabalhador	01	5,5	01	1,9	01	0,8	03	1,6
Política da Previdência	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política da Segurança Pública	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Mulher	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Juventude	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política Cultural	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Não Identificado	03	16,6	06	11,5	08	07	17	9,2
Total	18	100	52	100	113	100	183	100

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

Na Tabela 01 analisam-se os campos de atuação da Política Social, pesquisados no PPGSS/UFPB. Com a maior incidência, destaca-se a *Política de Saúde* com o total de 15,8% (28) obras, sendo: em 1980, uma dissertação defendida; nos anos de 1990, são 05; e nos anos de 2000 há um crescimento considerável com a defesa de 23 dissertações. Em seguida, aponta-se *Política da Criança e Adolescente* com um total de 14,7% (27), sendo que: não há dissertação defendida nos anos de 1980; nos anos de 1990, foram 10; e, na década de 2000, com 17. Seguidamente, tem-se a *Política de Assistência Social* com o total de 25, sem nenhuma incidência anos de 1980; nos anos de 1990 com 07 dissertações; e anos 2000, com 18, constatando o crescimento dessa Política, principalmente na Era Lulista com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004. A seguir, a *Política de Educação* com um total de 19,

sendo 03 nos anos 1980; 07 nos anos de 1990; e 09 dissertações defendidas nos anos 2000.

Logo após, tem-se o campo das *Políticas Agrárias* com um total de 16 dissertações, sendo: 02 na década de 1980; nos anos de 1990 há um crescimento com 10 obras; e anos 2000 essa incidência diminui drasticamente com 04 dissertações defendidas. Em seguida, cita-se a *Política de Habitação* com um total de 08 dissertações, com maior incidência dos anos de 1980 com 04 dissertações; nos anos de 1990, essa incidência diminui para 03; e nos anos 2000 com apenas 01 dissertação defendida. A *Política para a Pessoa Idosa* indica um total de 08 dissertações defendidas apenas nos anos 2000, portanto, sem nenhuma incidência nos anos de 1980 e 1990. A seguir, a *Política da Pessoa Com Deficiência* com 07 dissertações defendidas apenas nos anos 2000. A *Política da Saúde Mental* apresenta um total de 06 dissertações defendidas, sendo 01 na década de 1990; e 05 nos anos 2000.

Em seguida, registra-se o foco investigativo na *Política Social* com 05 dissertações que trazem uma discussão mais geral, por esse motivo não foram setorizadas como as demais. Nos anos de 1980, incide 03; tem-se uma diminuição nos anos 1990 com apenas uma; e também uma dissertação nos anos 2000.

As políticas com menor incidência são: *Política Sobre Drogas* 2,1% (04) obras; a *Política para a Família* com 1,6% (03); a *Política de Saúde do Trabalhador* também conta com 1,6% (03); com 0,5% (01) dissertação cada uma das seguintes políticas: a *Política da Previdência*, *Política de Segurança Pública*, *Política para a Mulher*, a *Política para a Juventude* e a *Política Cultural*. Registra-se 17 dissertações defendidas em que não foi possível identificar o campo da Política Social.

As políticas sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se apresenta ao assistente social em seu campo de atuação que reconfigura a necessidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção.

3.2 - Indicador Temático

Esse indicador passa a ser investigados à luz das temáticas que perpassam a análise das Dissertações defendidas sobre as Políticas Sociais.

Tabela 02 - Frequência de Ocorrências das categorias temáticas analisadas nas Dissertações de Mestrado vinculadas à área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Categorias Temáticas	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Gestão / Avaliação	01	5,5	04	7,6	20	17,6	25	13,6
Trabalho	01	5,5	07	13,4	15	13,2	23	12,5
Assistência (Termo amplo)	-	-	11	21,1	10	8,8	21	11,4
Gênero	01	5,5	05	9,6	11	9,7	17	9,2
Movimentos Sociais	07	38,8	08	15,3	-	-	15	8,1
Saúde	-	-	02	3,8	06	5,3	08	4,3
Questão Social	01	5,5	-	-	06	5,3	07	3,8
Inclusão Social	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Proteção Social	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Criança e Adolescente	-	-	01	1,9	05	4,4	06	3,2
Estado e Sociedade Civil	02	11,1	03	5,7	01	0,8	06	3,2
Terceiro Setor	-	-	-	-	05	4,4	05	2,7
Família	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Questão agrária	-	-	03	5,7	01	0,8	04	2,1
Sindicalismo	01	5,5	02	3,8	-	-	03	1,6
Educação	-	-	02	3,8	01	0,8	03	1,6
Juventude	-	-	-	-	03	2,6	03	1,6
Pobreza	-	-	-	-	02	1,7	02	01
Preconceito	-	-	-	-	02	1,7	02	01
Desenvolvimento Rural	02	11,1	-	-	-	-	02	01
Violência	01	5,5	-	-	-	-	01	0,5
Religião	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Psicologia	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Segurança Pública	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Seguridade Social	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Não Identificado	01	5,5	02	3,8	05	4,4	09	4,9
Total	18	100	52	100	113	100	183	100

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

A análise dos resultados da Tabela 06 demonstra as categorias temáticas abordadas nas dissertações, derivadas de subáreas das Políticas Sociais. Os dados indicam que a maior incidência recai na temática *gestão/avaliação* com o total de 13,6% (26) dissertações, sendo: 01 nos anos

de 1980; 07 nos anos de 1990; e 20 nos anos 2000, sendo esse crescimento explicado pelo processo de descentralização que as políticas sociais passam após a Constituição Federal, principalmente a Política de Saúde e Assistência Social. Em seguida, destaca-se a temática *trabalho* com um total de 12,5% (23) dissertações, tendo: 01 incidência nos anos de 1980; aumentando significativamente nos anos de 1990 com 07; e nos anos 2000 aumenta a incidência para 15 dissertações. Logo após, observa-se a temática da *assistência* (nas subáreas, como assistência estudantil, assistência ao idoso, etc.) com o total de 11,4% (21), não tendo registro na década de 80; nos anos de 1990 apresenta 11 dissertações; e nos anos 2000 com 10 obras.

Em sequência, destacam-se as dissertações que analisam a temática *gênero*. Os objetos dessa temática tratam da percepção da mulher na sociedade, saúde da mulher, masculinidade, criança e adolescentes e relações de gênero, etc. com um total de 9,2% (17) de incidências, sendo: nos anos de 1980 com 01 dissertação; 05 nos anos 1990; e de 11 nos anos 2000. A seguir, anota-se a temática *movimentos sociais* com um total de 8,1% (15) das dissertações. Conforma-se como uma temática que se expressa, sobretudo nos anos de 1980 com 07 dissertações por ser esses anos o contexto em que “[...] reaparecem no cenário político forças sociais que recuperam os espaços vedados a partir de 64 e se expressam através dos movimentos sociais urbanos e rurais [...]” (SPOSATI et al, 1998, p. 21); em 1990, permanece ainda essa tendência com 08; contudo, não se apresenta mais nos anos 2000. Em seguida, mostra-se a temática *saúde* com um total de 4,3% (08) dissertações; não se apresentando nos anos de 1980; nos anos 1990 com 02; e nos anos 2000 aumenta para 06 dissertações defendidas.

Em sequência, inscreve-se a temática *questão social* com um total de 3,8% (07) “[...] cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social” (IAMAMOTO, 1997, p. 14), tendo: uma incidência nos anos 1980; sem incidência nos anos 1990 e aumenta com 06 nos anos 2000. Com o mesmo total de 3,8% (7) inventaria-se a temática *inclusão social e proteção social*, com incidência apenas nos anos 2000 com 6,1% (07).

Quando as demais temáticas identificam-se: *Criança e Adolescente/ Estado e Sociedade Civil* com 3,2% (07); *Terceiro Setor* com 2,7% (05);

Família/ Questão Agrária / Sindicalismo/ Educação/ Juventude com 1,6% (03); *Pobreza/ Preconceito/ Desenvolvimento Rural* com 1% (02); *Violência/ Religião/ Psicologia/ Segurança Pública/ Seguridade Social* com 0,5% (01). E destaca-se um percentual de 4,8% (09) de dissertações cujas temáticas não foram identificadas.

As temáticas estudadas e investigadas sofrem alterações conforme as determinações conjunturais, pois, cada época produz suas categorias temáticas de acordo com a dinâmica da sociedade (KOWARICK, 1995). Na continuidade da análise das temáticas estudadas como objetos investigativos das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, defendidas nos anos de 1982 a 2010, destacam-se as palavras-chave a seguir, que também se configuram como temas que perpassam a dinâmica social relacionada à conjuntura histórica dos anos referidos.

3.3 - Indicador Autoral

A discussão desse indicador compreende apenas uma variável, a saber: os autores citados e suas respectivas obras referenciais.

Tabela 03 – Frequência de ocorrências dos autores mais citados nas Dissertações de Mestrado vinculadas à Área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016 – 2017.

Autores Mais Citados	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Karl Marx	20	27	32	15,5	57	11,2	109	13,8
Maria Cecilia Minayo	01	1,3	12	5,8	85	16,8	98	12,4
Aldaíza Sposati	01	1,3	30	14,5	61	12	92	11,7
Potyara Amazonide Pereira Pereira	-	-	22	10,6	59	11,6	81	10,3
Vicente de Paula Faleiros	14	18,9	36	17,4	29	5,7	79	10

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	-	-	01	0,4	65	12,8	66	8,4
Michel Foucault	02	2,7	35	16,9	20	3,9	57	7,2
José Paulo Netto	-	-	06	2,9	51	10	57	7,2
Antônio Gramsci	18	24,3	21	10,1	15	2,9	54	6,8
Marilda Villela lamamoto	02	2,7	05	2,6	45	8,9	52	6,6
Francisco de Oliveira	16	21,6	16	7,7	18	3,5	50	6,3
Total	74	100	206	100	505	100	785	100

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

Como se verifica nos resultados da Tabela acima, 06 (seis) dentre os 11 autores, cujas obras foram mais consultadas, são da área do conhecimento do Serviço Social, quais sejam: Aldaíza Sposati, Potyara Amazonide Pereira Pereira, Vicente de Paula Faleiros, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, José Paulo Netto e Marilda Villela lamamoto; quanto aos outros cinco autores são: Karl Marx, Maria Cecília Minayo, Michel Foucault, Antônio Gramsci e Francisco de Oliveira, que se identificam como referências nas produções do conhecimento das Ciências Sociais e Humanas.

Com a maior incidência, destaca-se Karl Marx, filósofo alemão (1818 – 1883), com um total de 13,8% (109) ocorrências, sendo: nos anos de 1980 com 20 citações; nos anos de 1990 com 32 ocorrências; e continuando a aumentar com nos anos de 2000 com 57 citações. Essa maior incidência decorre da consulta a outras obras do mesmo autor.

A influência marxiana e marxista se torna hegemônica no Serviço Social nos anos de 1980, com a Reforma Curricular de 1982, que apresenta uma tentativa de ruptura ao conservadorismo, até então dominante, mediante a adoção do legado marxiano e marxista. Posteriormente, processa-se uma revisão curricular, em 1996, que consolida o legado marxiano e marxista, materializado nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado de Serviço Social, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação, em 2002.

As obras mais referenciadas de Karl Marx são: O Capital - livro 1, O Manifesto do Partido Comunista e os Manuscritos Econômicos- Filosóficos de 1844.

Em seguida, identifica Maria de Cecília Minayo com 12,4% (98) incidências, com um aumento gradativo de citações durante as décadas: nos anos de 1980, com apenas 01 citação; na década de 1990, conta com 12; e nos anos 2000 aumenta significativamente para 85 citações.

As obras citadas nas Dissertações pesquisadas foram na área da Pesquisa, são elas: Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade, na qual é a organizadora, publicada pela Vozes e se encontra em sua 32ª edição em 2012; e o Desafio do Conhecimento, em 6ª edição 2000.

Em sequência, cita-se Aldaíza Sposati com 11,7% (92) de incidências, tendo um crescimento notável durante as duas últimas décadas: nos anos de 1980 com apenas uma 01 citação; na década de 1990 com 30; e nos anos 2000 com 61 citações.

As obras mais citadas dessa autora são: Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras – uma questão de análise, em coautoria com Maria de Carmelita Yasbek, Maria do Carmo Brant de Carvalho e Dilsea Adeodata Booneti. A referida obra se encontra em sua 12ª edição (2014); Gestão Municipal do Suas – Desigualdade no financiamento, despesas e forças do trabalho (2014); e Topografia Social da Cidade de João Pessoa (2010).

Em seguida, arrola-se Potyara Amazoneide Pereira Pereira, a segunda autora mais citada da área de conhecimento do Serviço Social com 10,3% (81) das citações nas dissertações do PPGSS. Essa autora incide em 1990 com 22, e nos anos 2000 com 59 citações.

Quando aos demais autores, evidenciam-se: Vicente de Paula Faleiros com 10% (70) de incidência; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida com 8,4% (66); Michel Foucault e José Paulo Netto com 7,2% (57); Antônio Gramsci 6,8% (54); Marilda Villela Iamamoto 6,6% (52); Francisco de Oliveira 6,3% (50).

4 - CONCLUSÃO

Em termos conclusivos, constata-se que a produção do conhecimento na área do Serviço Social amplia-se nas últimas décadas, a partir do surgimento dos programas de pós-graduações, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

No tocante ao PPGSS/UFFP, pode-se afirmar que tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresenta nas determinações sócio-históricas, uma vez que o Serviço Social tem contribuído com a formação política, cultural, social etc.

Verificou-se o crescimento das dissertações de mestrado vinculadas à área de concentração da Política Social. Quanto aos objetos de análises dessas dissertações, comprovou-se que estão alinhados com os determinantes históricos das três décadas contempladas nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são demandadas nos seus espaços ocupacionais.

Quanto à discussão sobre Modernidade e Pós-Modernidade e seus influxos na produção de conhecimento de Serviço Social, constatou-se que o Projeto da Modernidade por meio da adoção ao legado marxista e marxiano continua hegemônico, conforme se constatou na predominância dos estudos sobre categorias macrossociais e na adoção de autores mais citados, embora se reconheça a ofensiva pós-moderna que ameaça o projeto profissional do Serviço Social, contudo ainda é incipiente na produção das dissertações de mestrado da UFPB.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços tendências (1995 a 1997). In: **Cadernos ABESS**, São Paulo, n° 8, p. 33-76, 1998.

KOWARICK, Lucio. "Investigação Urbana e Sociedade". In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter. (Org.). **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, p. 61-71, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, p. 17-27, 2013.

_____. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr., 1996.

PRATES, Jane Cruz. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-220, jul./dez. 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época, 132).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. **Banco de Dados**. João Pessoa: UFPB/CCHLA/PPGSS, 2015. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgss/>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda "pós-moderna"? In: FOSTER, John Bellamy (Org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: _____. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CEFESS, 2009. p. 144-163.